

HISTÓRIA E MEMÓRIA: A COLONIALIDADE DO SER E DO GÊNERO EM *O ALEGRE CANTO DA PERDIZ* DE PAULINA CHIZIANE

Mariana Motta Campinho Cardoso

Orientadora: Renata Flávia da Silva

Mestranda

RESUMO: A partir do fato de que a história e a memória cultural são temáticas recorrentes em literaturas africanas, o presente trabalho objetiva analisar, segundo essa perspectiva, a obra *O alegre canto da perdiz* (2008), de Paulina Chiziane. A autora remonta ao passado histórico, resgatando as tensões e conflitos presentes em seu país, nos períodos compreendidos entre a pré e a pós-independência, tendo como ponto de partida a vivência feminina. A família de Serafina, Delfina e Maria das Dores – que representam, respectivamente, a primeira, a segunda e a terceira geração – é o eixo em torno do qual se constrói o universo diegético. A obra é conduzida, pois, por mãos femininas, quer na própria urdidura do texto, quer nas ações do enredo, quer no papel da progenitora de uma geração que se pretende *descolonial*. Essa pesquisa se baseará, então, no que diz respeito à História, à Memória e à Cultura, nos postulados de Paul Ricoeur (2007) e de Hommi Bhabha (1998). No que se refere à dupla colonialidade da mulher (ser e gênero) caberá a teoria de Gayatri Chakravorty Spivak (2010). Ainda nesse sentido, caberá a teoria de Pierre Bourdieu (2014) que analisa a condição feminina e a violência simbólica. Com base nos teóricos supracitados serão verificados os caminhos percorridos por Chiziane e as temáticas centrais de seu texto.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, História, Autoria Feminina, Ficção Moçambicana.

Paulina Chiziane inaugura a ficção feminina em Moçambique, com o seu *Balada de amor ao vento*, publicado em 1990 pela Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO). Em quase três décadas de publicações, a autora aborda as relações de gênero de forma muito explícita, mas articuladas com outras temáticas que são pertinentes à literatura de Moçambique em geral, escrita também pelos homens. História, memória e guerra, temas caros aos escritores africanos de língua portuguesa, também são retratados nas páginas de Chiziane. Sempre, porém, a partir da visão feminina ou, ainda, partindo de uma concepção do que sejam as mulheres moçambicanas e as suas relações com os eventos históricos.

O que nos interessa, entretanto, é o recorte que Paulina Chiziane faz em *O alegre canto da perdiz*, quinto romance da autora, publicado em 2008 pela Editora Caminho. Através das ações narradas o leitor compreende a própria identidade de Moçambique: os traços culturais, as heranças do colonialismo e as novas facetas de um povo, surgidas do contato entre, pelo menos, duas sociedades. São expostos e discutidos alguns dos traços que surgiram no *entrelugar* (Hommi Bhabha, 1998), na fronteira de negociação entre essas culturas.

Muito se tem discutido acerca da credibilidade do discurso histórico. Como se sabe, hoje, já compreendemos que a História não é dotada de imparcialidade já que todo discurso pressupõe um recorte e fazendo-o já se tem um posicionamento. Sabemos que, em todas as formas de lidar com o passado, há interesses, usos e manipulações. Um dos teóricos em destaque nesse sentido, o filósofo francês Paul Ricoeur, em seu *A memória, a história e o esquecimento* (2007) traz à tona essas questões ao pensar criticamente a historiografia.

O quadro social de Moçambique seria um exemplo de manipulação do discurso histórico e do uso político da memória. Depois da guerra anticolonial promoveu-se uma “limpeza social” a fim de apagar qualquer vestígio da presença do antigo colonizador. A versão contada repetidamente – o que o historiador João Paulo Borges Coelho vai chamar de fábula dada a sua estrutura simples, de fácil memorização – é a da glória dos moçambicanos na guerra. Tudo o mais deveria ser esquecido: o contato com o colono, os traços de sua cultura, e as heranças dessa relação: “Era como se o mundo colonial fosse identificado como o tempo do mal, de onde nem sequer a experiência podia ser colhida. (...), a independência foi

a negação da experiência de muitos em favor da ilusão da escrita do presente numa *tábula rasa*.” (BORGES COELHO, 2015, p. 158).

Nos últimos tempos, porém, o retorno a essa história tem sido frequente na tentativa de apontar as outras versões, as histórias abafadas por essa opressão na lida com a história. Chiziane o faz e recupera um tempo onde começaram a se formar as marcas mais profundas da história do país. A partir das histórias individuais de certas mulheres, a autora traz à tona fatos pertencentes à memória coletiva. Segundo Ricoeur:

(...) não existe nenhuma comunidade histórica que não tenha nascido de uma relação que possa se comparar sem hesitação à guerra. Aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem uma cura. (RICOEUR, 2007, p. 92.)

É justamente dessas feridas simbólicas que Chiziane vai tratar no romance em questão. Tendo como ponto de partida a vivência feminina. Isto é, se a história tem muitas versões, a autora opta por trazer aquela que, mais do que qualquer outra, foi silenciada.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu parte de seu estudo da sociedade Cabila, da Argélia, feito no início dos anos 1960, para compor a sua obra *A dominação masculina, A condição feminina e a violência simbólica* (2017). Os pressupostos de Bourdieu nos servem de base para pensar as relações de gênero e para verificar como isso é retratado na literatura de Chiziane, já que, segundo o próprio autor, o que foi observado naquela sociedade fornece instrumentos para a compreensão de alguns aspectos dissimulados nas relações de gênero até das sociedades contemporâneas mais avançadas economicamente.

Em relação à violência nas relações de gênero, Bourdieu pontua que há a explícita (física ou verbal, ou seja, mais identificável) e a simbólica, essa no nível do pensamento e da linguagem. Para o autor, essa última seria a mais complexa, a mais difícil de ser combatida, pois é tácita e por consequência desconhecida, na maioria das vezes. O autor aponta a dominação masculina como exemplo da submissão paradoxal, resultante daquilo que ele chama de:



violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2017, p. 12)

Bourdieu define como dominação masculina, então, a manutenção de um poder que se mascara nas relações e que está enraizado no pensamento social. As significações arbitrárias da visão androcêntrica são impostas como legítimas com base, principalmente, na biologia. Segundo o autor, as sociedades internalizaram a premissa de que há uma predisposição para a submissão na natureza feminina. O pressuposto de Bourdieu, porém, é que tudo se dá no âmbito social, ou seja, não se trata de uma condição natural, mas de uma condição naturalizada.

Paulina Chiziane tem consciência dessa dominação silenciosa e profunda e a revelará na obra em questão, através das personagens Serafina, Delfina e Maria das Dores. Essas representam as gerações de uma família que viu acontecer a colonização e a independência do país, e assistiu, portanto, a muitas das mudanças que resultaram na sociedade moçambicana atual.

Trata-se da história da família de Serafina, uma matriarca casada com um negro africano na época da colonização. Serafina vê na filha Delfina a oportunidade de conquistar alguns benefícios como bacalhau e vinho. A filha passa então a prostituir-se. Ela, porém, não se sente confortável, apesar de manter uma postura altiva e orgulhosa perante a sociedade que a discrimina. Através do discurso indireto livre, o narrador dá voz a essa personagem: “Mergulha num murmúrio plangente e monologa com o seu destino. Vocês não sabem o que significa uma vida igual à minha. (...). Se o corpo da mulher se gastasse eu já não teria nada lá dentro, de tanto vender à procura de sustento.” (CHIZIANE, 2008, p.81)

Delfina submete-se ao trabalho que a mãe lhe destinou, mas, como é gananciosa, em dado momento, ignora o bacalhau e o vinho. Ela pretende ser e ter muito mais: “No seu sonho é senhora e habita uma cidade de pedra. Com vestidos de renda. Criados tão pretos como ela que tratará como escravos. Um marido branco e filhas mulatas a quem irá pentear os cabelos lisos e amarrar com fitinhas de seda”. (CHIZIANE, 2008, p. 77-78)

Seja dito de passagem, esse desejo de casar com um homem branco não só é alimentado pela própria Delfina, mas lhe fora inculcado desde muito jovem pela sua mãe Serafina. A mãe incentivava a filha a ter uma vida diferente através do único meio de que dispunha: o seu corpo. Serafina não queria que a filha passasse pelo mesmo que muitas mães africanas passaram: ter que separar-se dos seus filhos e vê-los caminhando para um destino devastador.

As razões de Serafina, ao incentivar a filha na busca por um homem branco, estão mais relacionadas ao futuro de seus netos do que ao desejo de bens materiais: “Oh, Delfina, já chorei muitas lágrimas nesta vida. Vamos, arranja um branco e faz filhos mestiços. Eles nunca são presos nem maltratados, são livres, andam à solta (...). Felizes as mulheres que geram filhos de peles claras porque jamais serão deportados”. (CHIZIANE, 2008, p.97)

Delfina, porém, é assolada por aquilo que ela considera um mal: o amor. Ela apaixonou-se por José dos Montes, um negro condenado, que não tinha perspectiva nenhuma de vida naquele contexto colonial. Eles casam-se, ainda que a mãe dela não tenha concordado. Delfina estimula o marido a tornar-se um assimilado, acreditando que, passando à condição de cidadãos de segunda classe, suas vidas melhorariam.

Em determinado momento da narrativa, Delfina trai o seu então marido José dos Montes, pois encontra o tal homem branco e passa a amá-lo. Ou, aliás, ama o destino que terá ao lado dele. Situação que Bourdieu classifica como *amor fati*: “(...) contrariamente à representação romântica, a inclinação amorosa não está isenta de uma forma de racionalidade que é muitas vezes, de certo modo, *amor fati*, amor ao destino social” (BOURDIEU, 2017, p.59). Em muitas sociedades, o casamento ainda continua sendo o meio de se conseguir alcançar uma posição social.

A mulher negra africana está em condição mais obscura. Ela necessita, no momento da colonização, de algum meio de ascender socialmente. O destino de muitas é a prostituição ou o trabalho na casa dos brancos, onde são violadas. Isso justifica a iniciativa de Delfina de procurar um marido branco. Naquele contexto, um homem negro não poderia lhe proporcionar tudo o que ela queria, fato que ela confirmou no período em que viveu ao lado de José dos Montes.

Ainda sobre o casamento como objetivo de vida, Bourdieu discorre sobre a necessidade que a mulher tem de unir-se a um homem para se sentir justificada:

Se as mulheres se mostram particularmente inclinadas ao amor romântico ou romanesco, é, sem dúvida, por um lado, porque elas têm nele particular interesse: além do fato de prometer liberá-las da dominação masculina, ele lhes oferece, tanto em sua forma mais comum como o casamento, pelo qual, nas sociedades masculinas, elas circulam em todos os lugares, como em suas formas extraordinárias, uma via, às vezes a única, de ascensão social. (BOURDIEU, 2017, p. 96)

Não seria demais dizer que, nessas sociedades coloniais, a união ao homem branco era mesmo, para a mulher negra, das únicas vias de se ascender socialmente. Ela não chega a ocupar a posição social do homem, o que é óbvio, pois até mesmo a mulher branca sofre a violência simbólica e a não simbólica. Nesse caso, ao manter uma ligação com o homem branco, a mulher negra sobe a uma condição de subalternidade “menos pior” do que a anterior.

As personagens de Chiziane têm consciência dessa subalternidade. Nesse sentido, vale recorrer à postulação de Spivak em *Pode o subalterno falar?* (2010). O termo subalterno, segundo essa autora, designa “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, de representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.14).

A partir da consciência de sua subalternidade, Delfina busca estratégias para melhorar de vida. A personagem decide abandonar, a seu modo, o local de obscuridade a que se refere Spivak. Essa diz que, se o discurso do sujeito subalterno é anulado por questão de classe, em relação à mulher essa inferioridade é acentuada dada a sua posição de gênero.

A autora ainda enfatiza que no evento de colonização a situação é ainda mais difícil para a mulher: “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (p. 85). A mulher negra, colonizada, sofre, portanto, o que podemos chamar de dupla dominação.

A construção destas três personagens, Serafina, Delfina e Maria das Dores, indica a complexidade das relações de poder e rompe com a noção maniqueísta que durante muito

tempo esteve presente na literatura que abordava a temática colonial. Chiziane não inaugura esse elemento. Todavia, é interessante notar que na obra em questão não só não há branco mau e negro bom ou vice-versa, mas há a ruptura do maniqueísmo, principalmente, no universo feminino: há intersecções e identidades multifacetadas. Mulheres com comportamentos ambíguos, contraditórios.

Homi Bhabha, em *O local da cultura* (1998), traz à tona questionamentos acerca da identidade nos tempos atuais. Uma das características fundamentais destes tempos é a não-fixidez, algo que podemos chamar de diluição das fronteiras. Nada é tão estático. Bhabha parte principalmente de contextos coloniais para analisar o elemento novo, aquele que surge na fronteira de negociação entre culturas, posição que ele vai chamar de *entre-lugar*.

O afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. (p.19)

O termo fronteira não é utilizado por Bhabha com uma conotação de separação, mas, ao contrário, como um lugar de possibilidade de contato. O *entre-lugar* seria o espaço onde se encontram as pertenças. Isto é, não é mais a categoria de classe, por exemplo, que vai ditar a identidade de um sujeito, mas os traços culturais somados às suas pertenças.

Através das personagens de Chiziane evidenciam-se esses comportamentos ambíguos, complexos, muitos deles não categorizáveis, por conta dessa múltipla pertença das mulheres, advinda do contato com a cultura do colonizador. Por outro lado, se verifica no comportamento delas a reprodução de violências e a naturalização do mal. Delfina é conivente em relação ao estupro de sua filha, Maria das Dores, ao vender a sua virgindade, do mesmo modo com que sua mãe, Serafina, a trocou por migalhas de vinho e bacalhau: “Na sua terra, mulher é peça que se compra e se vende. Selo de contrato. Moeda de troca. Hipoteca. Multa. Sobrevivência. Ela também foi usada pela própria mãe, na infância distante. Entregue

aos brancos das lojas a troco de comida.” (CHIZIANE, 2008, p. 243). A primeira a não reproduzir tais violências será Maria das Dores, filha de Delfina e neta de Serafina.

É interessante observar o nome das personagens. As estruturas das palavras Serafina e Delfina têm o mesmo radical e, curiosamente, as personagens têm atitudes muito parecidas. Já Maria das Dores carrega no nome um tom sacrificial, cuja pertinência se revelará desde a sua infância, em que a menina era tratada como a serviçal da casa, por ser a mais velha e também a filha com a pele mais escura, até o momento em que sua mãe entrega a sua virgindade ao curandeiro Simba.

A propósito, essa é uma cena das mais emblemáticas do romance. Isso porque Delfina sempre foi uma mulher que atribuía valores muito positivos a tudo que vinha da cultura do colonizador. Não à toa, incentivou o seu marido José dos Montes a se submeter à assimilação. Como citado anteriormente, ela também desejou e alcançou, afinal, um casamento com um branco português e aderiu aos costumes da cultura ocidental.

Entretanto, quando esse branco português, Soares, a abandona e decide reencontrar a sua esposa portuguesa, Delfina recorre à tradição. Ela procura o curandeiro Simba e pede que, através de um feitiço, traga o seu português de volta. Ela se encontra dividida entre os valores da modernidade ocidental e os costumes das sociedades tradicionais africanas. Nesse momento busca estratégias de negociação onde se encontra: “Esses “entre-lugares” fornecem terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade”. (BHABHA, 1998, p.19-20)

Pretendeu-se, neste trabalho, suscitar reflexões acerca da dominação da mulher moçambicana e refletir sobre algumas das possibilidades identitárias da mulher tendo como plano de fundo um dos campos mais férteis para o questionamento dos discursos oficiais: a literatura.

Paulina Chiziane representa a geração que deseja e busca se desprender das amarras coloniais. Tarefa um tanto quanto difícil, como vimos em Bourdieu quando diz que a violência simbólica é das mais profundas e difíceis de combater. O colonialismo, sistema sob o qual aquelas sociedades viveram durante muito tempo, materializado no evento histórico que foi a colonização, ainda persiste. Há, agora, o forte colonialismo do pensamento.

Chiziane retrata essa visão no seu quinto romance. O colonialismo, para ela, agora tem mãos negras. Essa perspectiva demonstra que o pensamento de Bourdieu que norteou este artigo é comprovável: a violência no nível da linguagem, do conhecimento, do pensamento é forte demais. Como foi dito, a mulher está exposta a essa violência duas vezes: “o princípio da visão dominante não é uma simples representação mental, uma fantasia (‘idéias na cabeça’), uma ideologia, e sim um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” (BOURDIEU, 2017, p. 64).

A partir da narrativa estudada, pôde-se observar que, ainda que as mulheres moçambicanas tenham vivências diferentes e pertencas distintassuas vidas estão igualmente condicionadas à subalternidade imposta pela visão androcêntrica.

Todavia, embora Chiziane parta de uma narrativa dolorosa, as páginas de *O alegre canto da perdiz* podem ser lidas como uma mensagem de esperança. A reunião alegórica da família, depois de tudo o que aconteceu, em uma espécie de conciliação das diferenças, é muito sugestiva. Ademais, Maria das Dores parece representar a última geração da dor de sua família, já que ela não reproduz com seus filhos as violências físicas e simbólicas a que um dia fora submetida.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila *et al.* Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BORGES COELHO, João Paulo. Abrir a fábula: Questões do passado em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. v. 106, p. 153-164, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 4ª edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

CHIZIANE, Paulina. *O alegre canto daperdiz*. Lisboa: Caminho, 2008.

RICOER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François *et al.* Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?*. Tradução Sandra Regina Goulart Almeida *et al.* Belo Horizonte: UFMG, 2010.



**Anais do VIII Seminário dos Alunos dos Programas
de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF
Estudos de Literatura**
